



A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO NORTE DO BRASIL: DESAFIOS E CONQUISTAS

Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar a relação religiosa entre homens e mulheres nos Ministérios das Igrejas Assembleias de Deus (AD) de Manaus e Belém. No ano de 2017, a Faculdade Boas Novas (AM), realizou o II Congresso Norte de Teologia e o 4º Encontro Nacional da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais (RELEP). O evento, realizado na sede das AD manauaras, serviu de motivação para que as mulheres assembleianas apresentassem suas reivindicações. Um grupo de mulheres das AD de Manaus, composto por professoras, diretoras e administradoras da Faculdade Boas Novas (AM), após participar de um painel de debates sobre as questões femininas, fez uma reivindicação por meio de uma *Carta Proclamação*. As mulheres apresentaram argumentos contundentes sobre a oficialização da vocação pastoral feminina, não por *status*, mas, segundo a *Carta Proclamação*, “pela evidência do chamado espiritual concedido por Deus a homens e mulheres” (Maria José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUIMARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira

* Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião/Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É pós-doutora e professora permanente na Universidade Federal de Sergipe – SE PPGCR/PPGCULT/UFS. Possui graduação em Direito e em Sociologia. É membra do RELEP – Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais. Membro do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina – CEHILA, do grupo de pesquisa OBSERVARE - Estudos Empíricos e Aplicados em Religiões e Religiosidades (Universidade Federal de Sergipe), do Grupo de Estudos Protestantismo e Pentecostalismo – GEPP (PUC-SP) e do Grupo de Pesquisa Mandrágora/Netmal (UMESP).



de Souza BASTOS, 2017, p. 228). Para tanto, o presente artigo está dividido em duas partes: no primeiro momento, é apresentada a configuração e a reconfiguração do campo religioso assembleiano no que tange à participação das mulheres em suas igrejas; no segundo momento, aborda a ordenação de mulheres ao cargo de pastoras no Ministério de Manaus. A metodologia empregada neste artigo envolveu uma combinação de pesquisa descritiva e bibliográfica, realizada no Ministério da Assembleia de Deus em Manaus, Amazonas. A abordagem utilizada para a análise dos dados foi a qualitativa. **Palavras-chave:** Pentecostalismo; Assembleias de Deus; Reivindicação; Pastorado feminino.

THE STRUGGLE FOR RECOGNITION OF FEMALE PASTORAL ORDINATION IN THE ASSEMBLIES OF GOD IN NORTHERN BRAZIL: CHALLENGES AND ACHIEVEMENTS

ABSTRACT

This article aims to address the religious relationship between men and women in the Assemblies of God Ministries of Manaus and Belém (AG). In 2017, the Boas Novas College - AM, hosted the II Northern Theology Congress and the 4th National Meeting of the Latin American Pentecostal Studies Network - RELEP. The event, held at the headquarters of the Manaus AG, served as motivation for the assembly women to present their demands. A group of women from the Manaus AG, including professors, directors, and administrators from Boas Novas College (AM), after participating in a panel of debates on women's issues, made a claim through a Proclamation Letter. The women presented compelling arguments regarding the official recognition of women's pastoral vocation, not based on status, but according to the Proclamation Letter, "based on the evidence of the spiritual calling granted by God to both men and women." (Maria José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUIMARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira de Souza BASTOS, 2017, p. 228). Therefore, this article will be divided into two parts: firstly, the configuration and reconfiguration of the assemblies' religious field with regard to the participation of women in their churches will be presented. Secondly, it will address the ordination of women to the position of pastors in the Ministry of Manaus. The methodology



employed in this article involved a combination of descriptive and bibliographic research conducted at the Ministry of the Assemblies of God in Manaus, Amazonas. The approach used for data analysis was qualitative.

Keywords: Pentecostalism; Assemblies of God; Claim; Female Pastorate.

LA LUCHA POR EL RECONOCIMIENTO DE LA ORDENACIÓN PASTORAL FEMENINA EN LAS ASAMBLEAS DE DIOS EN EL NORTE DE BRASIL: DESAFÍOS Y CONQUISTAS

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo abordar la relación religiosa entre hombres y mujeres en los Ministerios de las Iglesias Asambleas de Dios de Manaus y Belém (AD). En el año 2017, la Faculdade Boas Novas - AM, realizó el II Congreso Norte de Teología y el 4° Encuentro Nacional de la Red Latinoamericana de Estudios Pentecostales - RELEP. El evento, celebrado en la sede de las AD de Manaus, sirvió de motivación para que las mujeres asambleístas presentaran sus demandas. Un grupo de mujeres de las AD de Manaus, compuesto por profesoras, directoras y administradoras de la Faculdade Boas Novas (AM), después de participar en un panel de debates sobre cuestiones femeninas, hizo una reclamación a través de una Carta Proclamación. Las mujeres presentaron argumentos contundentes sobre la oficialización de la vocación pastoral femenina, no por estatus, sino según la Carta Proclamación, “por la evidencia del llamado espiritual concedido por Dios a hombres y mujeres” (Maria José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUI-MARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira de Souza BASTOS, 2017, p. 228). Por lo tanto, este artículo se dividirá en dos partes: en primer lugar, se presentará la configuración y reconfiguración del campo religioso asambleano en lo que respecta a la participación de las mujeres en sus iglesias. En segundo lugar, se abordará la ordenación de mujeres al cargo de pastoras en el Ministerio de Manaus. La metodología utilizada en este artículo involucró una combinación de investigación descriptiva y bibliográfica, realizada en el Ministerio de las Asambleas de Dios en Manaus, Amazonas. El enfoque utilizado para el análisis de los datos fue cualitativo.

Palabras clave: Pentecostalismo; Asambleas de Dios; Reivindicación; Pastorado de mujeres.



INTRODUÇÃO

O homem não traz harmonia: é ela. É ela que traz a harmonia, que nos ensina a acariciar, a amar com ternura e que faz do mundo uma coisa bela (Papa FRANCISCO, 2017, p. 01).

Uma afirmação do Papa Francisco de que apenas as mulheres têm a capacidade de harmonizar, acariciar e amar pode ser exagerada. No entanto, negar a força das mulheres e a luta pela igualdade em uma sociedade machista é ignorar a realidade. As mulheres trabalham, em média, mais de dez horas diárias fora de casa, além de realizarem as tarefas domésticas e cuidarem dos filhos, enquanto os maridos, muitas vezes, são considerados os chefes da família e relaxam após um dia “penoso” de trabalho. Essa desigualdade de gênero ainda é presente e deve ser combatida.

Pierre Bourdieu (2015), em sua obra “A dominação masculina”, narra que:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é a família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem (Pierre BOURDIEU, 2015, p. 103).

Ao analisar as três principais instâncias responsáveis pela reprodução das normas e valores sociais (a Família, a Igreja e a Escola), Bourdieu (2015) afirma que elas atuam de maneira objetiva e orquestrada, agindo sobre as estruturas inconscientes. Isso ocorre porque é na família que as crianças têm a primeira experiência com a divisão sexual do trabalho e aprendem a representação legítima dessa divisão, a qual é garantida pelo direito e inscrita na linguagem. À família cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, o que implica na perpetuação da desigualdade de gênero. Como de costume, a rotina impõe hábitos tão sutis que não percebemos a realidade à nossa volta.



Dominadas pelo patriarcalismo e dogmas impostos pela sociedade da “inferioridade feminina”, de maneira geral, as mulheres são submetidas a essa dominação masculina sustentada por valores morais e éticos, seja na hierarquia familiar, social ou religiosa.

A Igreja Assembleia de Deus (AD) é uma das pioneiras no Brasil, fundada por missionários suecos, com práticas pertencentes ao Movimento Pentecostal que eclodiu nos Estados Unidos, no começo do século XX, diferenciou-se do protestantismo por acreditar na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, dos quais destacam-se três: a glossolalia (falar em línguas), a cura e o discernimento de espíritos (Ricardo MARIANO, 1999). A partir daí, a mensagem pentecostal foi difundida pelos Estados Unidos e no resto do mundo, chegando ao Brasil em 1910, com a vinda do missionário Louis Francescon que atuou em colônias italianas no Sul e no Sudeste do Brasil, originando a Congregação Cristã no Brasil. Em 1911, Daniel Berg e Gunnar Vingren iniciaram suas missões no Pará e no Nordeste do país, dando origem às Assembleias de Deus (AD). Fundada em 1911, em Belém do Pará, no Norte do país, a AD, juntamente com a Congregação Cristã no Brasil, no bairro do Brás, em São Paulo, formam o marco fundamental do pentecostalismo brasileiro, com um novo tipo de igreja e experiência religiosa.

Após um século de existência das Assembleias de Deus no Brasil, várias pesquisas foram realizadas sobre essa denominação, mas é evidente que a busca por entender suas transformações está longe de acabar. Atualmente, podemos afirmar que existem Assembleias de Deus (no plural), diversos ministérios¹, templos grandiosos, denominações independentes, pastores famosos, convenções nacionais e estaduais, além de estatutos internos, assembleias ordinárias e extraordinárias, eleições e muitas questões políticas internas e externas. Há muitos acordos, hierarquias, poderes, cisões e sucessões a serem analisados.

¹ Ministérios e/ou igrejas-sede: Sistema eclesialístico adotado pelas Assembleias de Deus no Brasil. Organismo supralocal, o topo da hierarquia estrutural e organizacional de um Ministério. Constitui-se de uma igreja que abre e mantém ligadas a ela congregações e/ou igrejas filiadas, agrupadas dentro de bairros e/ou cidades, em um ou mais estados; também chamada de igreja-sede. Uma congregação torna-se uma nova igreja-sede por emancipação concedida ou via cisão pela igreja-sede, ou igreja-mãe como é chamada no campo assembleiano, e fica livre para obter a sua personalidade jurídica, passando a ter as próprias congregações (Isael ARAUJO, 2007).



Um dos temas a ser aprofundado é a questão de gênero nas AD, pois falar sobre isso ainda causa discussões espinhosas. Esse assunto continua sendo tabu em todas as instituições assembleianas, umas mais, outras menos, mas, no fim das contas, as mulheres continuam silenciadas pelos homens. Elas não são silenciosas. Elas são silenciadas por essas instituições. Ou seja, essa briga de hoje é fruto de uma mudança que aconteceu no passado que não era o comum na denominação. Mulheres eram líderes também e, paulatinamente, foram proibidas e enquadradas nos papéis de gênero da sociedade brasileira.

Daisy Ferreira (2020), em sua dissertação de mestrado de título “O gênero das políticas institucionais e das experiências pessoais de homens e mulheres, membros não casados, da Assembleia de Deus Taboão, campo Taboão, Ministério Madureira”, afirma:

que no âmbito religioso das igrejas Assembleias de Deus no Brasil, apesar das mulheres somarem maior número de membros que os homens, e dedicarem mais horas e esforços nas atividades evangelísticas, contribuindo para a expansão desse segmento religioso, as mesmas não possuem autonomia de gestão das igrejas, ficando a cargo dos homens, realidade essa que se dá decorrente ao fato de seus membros estarem inseridos em uma estrutura eclesial de cunho patriarcal, que reforçam a família tradicional e a ordem de gênero hegemônica, o que implica na observância dos papéis de representações sociais entre os sexos que confere à mulher o lugar de submissão ao marido, a execução dos afazeres domésticos e o cuidado com a prole; ao passo que o homem o sustento da casa, e o domínio sobre a família, a igreja e a sociedade [...] (Daisy FERREIRA, 2020, p. 21).

Diante do exposto pela autora em questão, podemos afirmar que as relações de gênero desiguais nas tradições judaico-cristãs, incluindo nas igrejas das Assembleias de Deus, não são naturais, mas sim resultado da reprodução do patriarcado hegemônico. Essa reprodução cultural leva à perpetuação da dominação masculina. Interessante que, segundo o registro da igreja, o primeiro milagre realizado pelos missionários suecos foi por meio de uma mulher, Celina Martins Albuquerque (1876-1966). A história de Celina Albuquerque, uma mulher que por muito tempo foi



excluída da sociedade segundo as narrativas dos pioneiros, é marcada pela coragem que ela teve ao expor-se diante de um culto direcionado por missionários estrangeiros. Esses missionários anunciavam práticas até então desconhecidas pela igreja que os acolheram, e a presença dela foi descrita como um fato extraordinário. Ou seja, ela foi a primeira pessoa a receber o batismo no Espírito Santo, segundo a história das AD em Belém (PA), a crer na doutrina pentecostal anunciada pelos missionários, mencionada por Gunnar Vingren em o Diário do Pioneiro (2000).

Durante aquela semana realizamos cultos de oração todas as noites na casa de uma irmã que tinha uma enfermidade incurável nos lábios. Ela não podia assistir aos cultos na igreja. A primeira coisa que fiz foi perguntar-lhe se cria que Jesus podia curá-la. Ela respondeu que sim. Dissemos-lhe então que deixasse de lado todos os remédios que estava tomando. Oramos por ela, e o Senhor Jesus a curou completamente! Nos cultos de oração que se seguiram, aquela irmã começou a buscar o batismo com o Espírito Santo. O seu nome era Celina Albuquerque (Ivar VINGREN, 2000, p. 40).

Esse fato colaborou para antecipar a sessão extraordinária do dia 13 de junho de 1911, quando os missionários suecos foram expulsos da Primeira Igreja Batista e fundaram a Igreja Assembleia de Deus. Eles estavam apoiados em dois fatos extraordinários: a cura instantânea da doença incurável de Celina Albuquerque e a glossolalia (oração em línguas) atribuída à ação do Espírito Santo. Outra mulher importante na formação das AD foi Maria de Nazaré, a qual participou da fundação das AD do Ceará, em 1914, mas ficou invisibilizada na história oficial da Igreja.

A mulher importante na história das AD no Brasil é Frida Maria Strandberg Vingren. Ela era enfermeira, poetisa, compositora, musicista, redatora, pesquisadora, pregadora e professora, uma missionária sueca enviada para o Brasil pela Igreja Filadélfia, de Estocolmo, em 1917. Com apenas 26 anos, viajou sozinha da Suécia até Belém (PA). Chegando ao Brasil, três meses depois, Frida casou-se com Gunnar Vingren, com quem teve seis filhos e ajudou na expansão do movimento pentecostal brasileiro que resultou no movimento das Assembleias de Deus. Trabalhou com igrejas no Norte do país e foi transferida para o Sudeste, onde trabalhou na implantação das Assembleias de Deus no Rio de Janeiro e



em outras cidades. Muitas vezes, ficou à frente das igrejas, substituindo o próprio esposo em períodos de viagens ou enfermidades. Porém, na Convenção Geral de 1930, essa mulher foi impedida de seguir à frente das igrejas AD e, conseqüentemente, as outras mulheres também.

Silas Daniel (2004, p. 34) relata a pauta da convenção, de título “A questão do ministério feminino”, com “fatos curiosos sobre as discussões acerca desse ponto”:

A primeira curiosidade diz respeito à presença da irmã Frida Vingren, esposa de Gunnar, a esse primeiro ponto encontro convencional. A irmã Frida foi a única mulher a participar ativamente das sessões convencionais da Convenção Geral de 1930. Nas convenções gerais que sucederam após a de 1930, vemos que acabou se tornando comum as esposas dos missionários, e mesmo de alguns obreiros nacionais, participarem da audiência dos estudos bíblicos das convenções, sempre ministrados pelos seus maridos [...] (Silas DANIEL, 2004, p. 34).

As divergências de opiniões entre os líderes Vingren e Samuel Nyström sobre esse assunto já existiam há muito tempo. Esse episódio foi registrado na agenda de Vingren, em setembro de 1929. Ele teria recebido “uma carta dura” (Silas DANIEL, 2004, p. 34-35) de Samuel Nyström, contrariando a posição favorável dele ao ministério feminino nas igrejas.

Samuel Nyström chegou do Pará. Não se humilhou. Sustenta que a mulher não pode pregar nem ensinar, só testificar. Consta também que Samuel Nyström tentou conquistar a adesão de Daniel Berg e Simon Lundgren para pressionar Vingren a mudar de ideia. Lundgren não quis se envolver na questão e Berg convidou Samuel para trabalhar com ele em São Paulo. Eis a fala de Samuel sobre o caso: “... até o Senhor nos unir [...] estamos separados” (Silas DANIEL, 2004, p. 34-35).

No entanto, mesmo com opiniões diferentes, Vingren e Nyström continuaram trabalhando juntos. Após passar um período em São Paulo, trabalhando com Daniel Berg, Nyström transferiu-se para o Rio de Janeiro, para a completa ruína do casal Vingren. Outro fato interessante: mesmo tendo uma posição bem definida contra o ministério de mulheres



nas igrejas, Nyström trabalhou com Frida na ausência de Vingren, em Belém. Nyström afirma que “A irmã Frida Vingren e eu trabalhávamos em colaboração. Muitos foram salvos e batizados nas águas [...]” (Silas DANIEL, 2004, p. 39).

Frida desenvolveu intensas atividades evangelísticas, abrindo frentes de trabalho em muitos lugares. Toda a obra social da igreja, bem como a direção dos grupos de oração, visitação e evangelização, ficou sob a responsabilidade da missionária. Frida dirigia também a Escola Dominical, liderava cultos e pregava nas praças e jardins do Rio de Janeiro. Segundo Ivar Vingren, seu filho, Frida “tinha um dom de ensinar e pregar como ninguém, e por essa razão sofreu muita luta” (Ivar VINGREN *apud* Isael ARAUJO, 2007, p. 903-905). Sua incontestável liderança provocou ciúmes entre pastores brasileiros e missionários suecos (Isael ARAUJO, 2007, p. 903-904). Poderíamos citar nomes de mulheres assembleianas que escreveram seus nomes na história do campo assembleiano, por exemplo, alguns nomes mais conhecidos como Frida Vingren, Zélia Macalão, Maria de Nazaré, Celina Albuquerque, Ruth Dóris Lemos e tantos outros ainda invisibilizados pela história e pelos homens, mas elas serão lembradas por nós, mulheres.

Dessa forma, as mulheres assembleianas estão inseridas em vários setores dessas instituições, realizando várias tarefas, entre elas, a de orar pela evangelização. As mulheres sempre usam os dons espirituais, pregam a Palavra nos ensinamentos bíblicos, participam da música e até mesmo são dirigentes de igrejas, mas nunca ocuparam o cargo de maior representatividade, o pastorado. Mesmo assim, essas mulheres não ficaram estáticas durante todos esses anos, pelo contrário, em virtude do caráter machista da cultura brasileira, de padrão patriarcal de relacionamento familiar hegemônico na sociedade, as mulheres assembleianas, desde o início, tentaram buscar um lugar de fala dentro do campo. Uma prova disso é que no ano de 2017 elas tentaram, mais uma vez, conquistar seus direitos junto aos pastores presidentes dos ministérios assembleianos de Manaus (MA) e Belém (PA), por meio de uma *Carta Proclamação* com argumentações contundentes sobre a oficialização “da vocação pastoral feminina, não por *status*, mas pela evidência do chamado espiritual concedido por Deus a homens e mulheres” (Maria



José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUIMARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira de Souza BASTOS, 2017, p. 228).

Não demorou para, logo em seguida, chegar a resposta tão esperada pelas mulheres protagonistas da referida *Carta Proclamação*, a ordenação de mulheres ao pastorado desses ministérios. Segundo informações no site do Ministério do Amazonas:

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas realizou mais uma consagração de pastoras, dessa vez foram apresentadas ao ministério 138 mulheres totalizando mais de 1200 mulheres que foram ordenadas a ministras do evangelho. Todas elas passaram por uma preparação e treinamento que foi realizado pela mesa diretora da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas – CEADAM, onde foram ministradas pelo Presidente da igreja Pastor Jonatas Câmara (Consagração de pastoras da IEADAM - 2018, s/p).

Conforme informações do site desse ministério, a consagração ocorreu no culto de celebração e Santa Ceia no Auditório Canaã (Manaus). As mulheres ordenadas como pastoras estavam há muito tempo exercendo a função de pastoras, contudo, essas mulheres eram chamadas de diaconisas ou missionárias sem poder algum dentro das igrejas e sempre obedecendo os pastores locais. Cabe ressaltar que as mulheres ordenadas ao cargo de ministras do evangelho continuam trabalhando em funções comuns em suas igrejas, tanto é verdade que o site desse ministério não divulgou nenhuma lista com os nomes dessas ministras, ou seja, elas continuam trabalhando arduamente todos os dias dentro do anonimato.

Diante do exposto, alguns questionamentos norteadores surgem: Será que de fato as mulheres ordenadas pastoras na Região Norte possuem poderes na mesma medida que os pastores possuem em suas igrejas locais ou elas são limitadas em suas ações de mando? Sabedores da proibição de ordenação pastoral feminina dentro do campo assembleiano não seria uma estratégia política utilizada por esses pastores presidentes como fator gerador para o desligamento dos seus ministérios da CGADB para fundarem outra Convenção Geral que atuaria na



Região Norte e em todo Brasil em busca de novas adesões para esses campos? Por fim, até que ponto existe uma participação efetiva das mulheres ordenadas pastoras nas AD de Manaus e Belém?

A fim de responder aos questionamentos propostos, se as mulheres ordenadas pastoras possuem poderes de mando na mesma proporção que os pastores em suas igrejas locais e, assim, atingirem o objetivo geral deste artigo, cabe-nos percorrer a seguinte trilha: a) fazer o levantamento das ordenações realizadas nos ministérios de Manaus, sob a direção do pastor presidente Jonatas Câmara e no ministério de Belém sob a administração do pastor residente Samuel Câmara; b) demonstrar as mudanças nesses dois ministérios após as ordenações de pastoras; e c) diagnosticar a atuação das pastoras em seus campos atuais nas AD, aumentando ou não a relação de poder institucional, prestígio feminino entre os pastores nas tomadas de decisões nas reuniões das Assembleias Ordinárias que os ministérios realizam internamente.

No que tange a metodologia, foi utilizada a pesquisa de campo do ano de 2017 a 2020. Após o ano de 2020, devido à pandemia de COVID-19, foram utilizadas conversas com as pastoras e membras das AD manauaras, diretoras da Faculdade Boas Novas, professoras, entre outras, por intermédio do WhatsApp.

DESAFIOS DA ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS: ENTRE A CONQUISTA DO PASTORADO E A AUTORIDADE INSTITUCIONAL

Podemos dividir a história da tradição das Assembleias de Deus, a qual envolve exclusivamente as mulheres, de várias maneiras: a primeira, tradição sueca; a segunda, tradição sueca e brasileira; a terceira, tradição sueca e americana; e, por fim, tradição de lideranças autóctones. Um estudo que queira compreender as questões femininas no campo assembleiano no mundo urbano deve estar atento à tônica do imaginário religioso desenvolvido na denominação, cujas representações sociais fornecem a base para a atuação tanto da liderança quanto dos membros das AD nos espaços metropolitanos. Não se pode esquecer que a formação expressa no cotidiano dos membros dessa denominação proporcionou a criação de mecanismos de ordem cultural e doutrinária



que serviram para marcar o espaço da denominação na sociedade metropolitana, exigindo a criação de estratégias distintas daquelas até então desenvolvidas no ambiente rural que não ocorreram do dia para a noite.

A participação das mulheres nas igrejas assembleianas, apesar de desempenharem diversas atividades, nunca evoluiu para o cargo pastoral. A questão foi debatida na Convenção Geral de 1930, mas as mulheres foram vencidas na votação. É citado o exemplo de Frida Vingren, esposa de Gunnar Vingren, que ocupou vários cargos nas AD, mas nunca chegou a ser pastora, mesmo tendo o apoio do marido, era criticada por alguns missionários que lideravam as Assembleias de Deus naquela época e Samuel Lars-Erik Nyström que trocou duras críticas ao missionário Gunnar Vingren, conforme consta no “Diário do Pioneiro” (Ivar VINGREN, 2007).

Do exposto, conforme a história oficial das AD, a primeira liderança ocorreu de suecos para suecos, com usos e costumes mais abertos até o ano de 1930, mas a presença do pastor Paulo Leivas Macalão inaugurou a conservação e a ortodoxia, chamadas de usos e costumes. Um artigo publicado no jornal de circulação interna, “Mensageiro da Paz”, em 1946, criou polêmicas em todo o Brasil. Naquele ano:

Resoluções da Assembleia de Deus em São Cristóvão, Rio de Janeiro. As Assembleias de Deus, tanto neste país como em todo o mundo, estão hoje em dia em grande perigo de serem invadidas pelo espírito de mundanismo, como tem acontecido às igrejas das denominações; e, quando isso acontece, o Espírito Santo fica triste e sem liberdade de ação, e, por fim, tem que se retirar, tanto do crente em particular como de uma igreja onde esse espírito terrível tem liberdade de entrar (MENSAGEIRO DA PAZ, 1946, p.3).

O assunto foi considerado tão sério que, pela primeira vez na história da CGADB, houve uma sessão extraordinária para tratar do assunto com intensos debates por parte dos líderes das AD, suecos e brasileiros, tanto que virou ata da Convenção Geral de 1946. Duras críticas foram feitas sobre as AD de Madureira, as quais eram muito rígidas na área dos costumes. Naquela época, os crentes de Madureira que já observavam todas aquelas regras mencionadas na polêmica resolução, consideravam as mulheres da igreja de São Cristóvão muito “liberais” nas formas de



vestir-se e pentear-se. Por outro lado, apesar de as resoluções de São Cristóvão terem sido atribuídas ao presbitério da igreja, sabe-se que Gunnar Vingren e Otto Nelson foram os missionários suecos mais rígidos em termos de vestimentas (Isael ARAUJO, 2007, p. 880).

Durante anos, o assunto sobre os usos e costumes gerou debates nas AD e, gradualmente, pastores posicionaram-se a favor das normas proibitivas do pastor Paulo Leivas Macalão, o que ajudou a construir a “identidade da pureza” assembleiana. Porém, o assunto que gera mais debates é o de ordenação feminina, desde a Primeira Convenção Geral na década de 1930.

Segundo Gedeon Alencar, “Frida teve seu ministério interrompido pela violência religiosa do machismo nordestino sueco [...], conseguiram matar seu ministério e sua história. Pois ela é completamente invisível na história assembleiana” (Gedeon ALENCAR, 2020 p. 122). A questão do ministério feminino dentro da igreja continuou a ser pauta de algumas convenções posteriores, mas as decisões sempre foram as mesmas, a proibição ministerial das mulheres. Kajsa Norell, referindo-se à figura feminina, afirma: “Ela é a grande heroína não reconhecida da história, pois esta igreja – como quase todas – tem uma historiografia que dá visibilidade apenas aos homens” (Kajsa NORELL *apud* Gedeon ALENCAR, 2020, p. 122). Valdinei Gandra (2015) analisa a situação das mulheres a partir do episódio de Frida Vingren:

É frustrante não ter o testemunho de Frida Vingren, mas certamente a situação lhe era desconfortável, algo que transparece nas imagens fotográficas da época, principalmente na foto oficial dos missionários suecos por ocasião da 1ª Convenção Geral das Assembleias de Deus realizada em Natal, Rio Grande do Norte. Curiosamente ela é a única mulher a aparecer na fotografia e ainda está sentada entre seu esposo e Samuel Nyström, como já dito, principal opositor do ministério feminino. A partir de então, a liderança assembleiana sinaliza, por intermédio de suas ações claramente direcionadas a Frida Vingren, sua postura frente à presença da mulher nos principais fóruns decisórios da instituição, algo que permanece até os dias atuais [...]. A historiografia assembleiana criou então um estereótipo de Frida Vingren que não lhe fazia justiça. Silenciada e descaracterizada. (Valdinei GANDRA, 2015, p. 519).

Em 1932, a família Vingren retornou para a Suécia. Alguns meses depois, o marido de Frida morreu. Ela tentou voltar ao Brasil, mas foi impedida. Foi internada em hospitais psiquiátricos, morrendo em um deles, em 1940. Desde então, ao longo de 77 anos, houve um processo de esquecimento de Frida e das atividades dela no Brasil (Gedeon ALENCAR, 2020). Assim, o patriarcalismo assembleiano construiu o seu legado, perpassando diversas gerações sem a contestação das mulheres (se contestaram, não se sabe). As mulheres que opuseram-se a esse sistema foram silenciadas em outras denominações religiosas. Poderíamos citar vários nomes, mas Frida Vingren representa as mulheres assembleianas, assim como Ivone Gebara (1944), freira católica, filósofa e teóloga feminista, representa muito bem as mulheres dentro do catolicismo.

Ao referir-se às oligarquias assembleianas, Alencar (2020) afirma: “se a Convenção, na primeira fase, era ‘tempo de estudar a Bíblia’, na segunda, era [tempo] gasto para resolver ‘invasão de campo’; na terceira fase, o estudo bíblico virou adereço e a invasão se tornou padrão [...]” (Gedeon ALENCAR, 2020, p. 249). Para terminar esse ponto, é preciso frisar que o patriarcalismo, instaurado desde sempre nas AD, foi legitimado tanto por homens como por mulheres. Dessa forma, “contradizendo tudo o que representa para as mulheres, [o patriarcalismo] costuma ser amplamente incentivado e reproduzido por elas mesmas na vida cotidiana [...]” (Aretha ROCHA, 2018, p. 70), passando de geração para geração.

Aretha Rocha (2018) afirma que a:

[...] tradição patriarcal facilita a obediência da membresia. E a preferência pela figura masculina para a manutenção das estruturas de dominação, que preservam os detentores do poder e condicionam os seus subalternos a aceitá-la, consequências irreparáveis para a história desta denominação religiosa. O silêncio e a submissão de muitas mulheres assembleianas são reflexo de um passado que foi tirano. (Aretha ROCHA, 2018, p. 67).

Um exemplo bem recente é a Convenção das Assembleias de Deus do Estado do Mato Grosso (COMADEMAT), realizada em 17 de agosto de 2019, liderada pelo pastor presidente Sebastião Rodrigues de Souza



que é, também, o primeiro vice-presidente da CGADB. O evento chamou a atenção do mundo gospel por pegar um caminho anacrônico e proibir quase tudo o que as outras igrejas convencionais consideram normal nos usos e costumes, uma das tradições bem marcadas nas AD. O pastor presidente dessa convenção proibiu o uso de calças compridas nas mulheres, bem como a prática do divórcio, tatuagens, entre outros. Apesar da constante modernização que está tomando conta das igrejas, o sagrado das AD ainda fala mais alto. É a famosa tradição assembleiana! Alencar (2020) alega que:

O rigor na indumentária, a sobriedade do vestuário, o legalismo de usos e costumes, o puritanismo nas questões sociais, o espiritualismo na leitura do mundo, o fundamentalismo e literalismo na leitura bíblica, o caciquismo da liderança, o despojamento e localização periférica dos templos, dentre outras questões, não são exclusividades assembleianas, mas por sua natureza fundante, terminaram de alguma forma marcando todas as demais igrejas pentecostais. (Gedeon ALENCAR, 2020 p. 93).

As AD não possuem uma trajetória única, elas carregam a identidade dos gestores, seja nos grandes centros ou nos locais periféricos. Há aquelas que nem se parecem com igrejas, mas são AD, um modelo para os interiores e assim sucessivamente. Porém, todos os perfis foram construídos nos moldes assembleianos, uma identidade marcada por décadas e por nomes masculinos. As mulheres assembleianas de Manaus expressaram as angústias sobre a invisibilidade delas dentro do pastorado assembleiano ao escreverem a *Carta Proclamação* e mostraram a que vieram. Elas foram firmes nas reivindicações e provaram que somos todos iguais, homens e mulheres. Se a criação de Deus é perfeita, por que a mulher seria imperfeita? “Deve haver um valor positivo na existência da mulher que justifique seu lugar na criação” (Carolina LEMOS, 2009, p. 121).

A geração fundadora da identidade assembleiana, mesmo com suas divergências, manteve a proibição da ordenação feminina durante muito tempo. Porém, nem tudo, ou quase nada, parece ser tão homogêneo dentro do campo assembleiano, especialmente quando se trata de poder, ou melhor, do poder dos pastores presidentes em suas tomadas de decisões. Esses pastores detêm a palavra final em seus ministérios e, se



forem contrariados, pensam em rearticulações políticas internas. Isso ocorreu com o pastor presidente do ministério de Belém (PA), Samuel Câmara, que, após sofrer quatro derrotas nas eleições para ocupar o cargo de pastor-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), rompeu vínculos na referida convenção e fundou outra Convenção Nacional das Assembleias de Deus (CADB), liberando a ordenação de mulheres para o cargo de pastoras nos Ministérios AD do Norte do Brasil. Esse assunto sempre foi espinhoso dentro do campo assembleiano, o que causou grandes impasses.

No II Encontro Norte de Teologia da Faculdade Boas Novas e no 4º Encontro Nacional RELEP, realizados em Manaus, em setembro de 2017, as mulheres assembleianas tiveram forte presença. Durante uma Mesa Redonda composta por Daliane Nascimento de Santana, Edivan Saraiva Palhano, Francisca Manoel Dias Botelho, Inês Nascimento de Santana e Marta Morgana Nazaré de Lima Palhano, o tema abordou as Mulheres Assembleianas no Exercício do Ministério Eclesiástico por meio da Educação Teológica, discutindo o papel secundário da mulher no pentecostalismo e suas restrições. Durante os debates que se seguiram após a apresentação desse trabalho no evento, as mulheres expressaram insatisfação com a impossibilidade de alcançar o cargo de pastoras. Em determinado momento, o pastor-presidente Samuel Câmara, que estava presente no debate, desafiou as mulheres presentes: “Vocês nunca reivindicaram o cargo de pastoras. Se vocês escreverem uma carta nos pedindo, quem sabe vocês não serão atendidas?” (Marina CORREA, II Congresso Norte de Teologia & 4º Encontro Nacional da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais (RELEP), 2017. 1. Invisibilidade das mulheres assembleianas. Diário de bordo). Embora ciente da proibição, o pastor Câmara precisava de uma estratégia para romper com a CGADB e as mulheres do painel foram a sua inspiração. Diante do desafio lançado pelo pastor, as mulheres aceitaram a provocação e entraram no jogo, compreendendo que era a hora de ressuscitar as mulheres enterradas na figura das “Fridas”, retomando os embates sobre a atuação feminina esquecidos desde o ano de 1930.

A partir das reflexões realizadas durante o II Congresso Norte de Teologia e o 4º Encontro Nacional da RELEP, uma carta de intenções



foi elaborada, liderada por Maria José Costa Lima, diretora da Faculdade Boas Novas, juntamente com as mulheres assembleianas, Eunice de Oliveira Rios, Andréa Nogueira Gomes dos Santos, Elaine Christine Santiago Vieira Guimarães, Raymunda Mota dos Santos, Gideane Moraes de Souza, Fatima Medianeira Flores de Vargas, Saara Vieira de Souza Bastos e eu, Marina Correa, pesquisadora das Ciências da Religião. A carta continha várias reivindicações e seus destinatários eram os pastores Jonatas Câmara, pastor presidente das ADs do Amazonas, Pastor Samuel Câmara, pastor presidente das ADs de Belém (PA), e o público em geral, incluindo a Televisão Boas Novas, que transmitiu ao vivo a leitura da carta na íntegra. O grupo de mulheres que redigiram a *Carta Proclamação* indagaram o seguinte:

Se o dom é concedido por Deus, porque os pastores proíbem a ordenação de mulheres, por decisão humana contrariando a vontade de Deus? E esta é a maior contribuição e legado que podemos deixar como mulheres pentecostais para as próximas gerações: descobrir hoje quem somos em Deus e organizar toda a nossa vida a partir desta verdade, pois antes de qualquer coisa, somos filhas legítimas de Deus e não queremos simplesmente o título, mas, sobretudo, o resgate de nossa dignidade. (Maria José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUIMARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira de Souza BASTOS, 2017, p. 227).

As mulheres que questionam a proibição da ordenação pastoral feminina pelos pastores destacam a importância da identidade feminina na sociedade e reivindicam sua dignidade diante dos trabalhos realizados na instituição assembleiana. Elas também buscam o reconhecimento do título pastoral que, até então, era considerado um assunto proibido no campo pentecostal.

As mulheres não ficaram apoiadas apenas em uma pergunta. Logo em seguida, elas fizeram uma ponderação:

Se a ordenação humana parte de pessoas que a estão efetuando em nome de Deus, logo esta precisa estar de acordo com o que fora antes divinamente instituído por Deus, logo não perde a legitimida-



de de estar sendo feito em nome de Deus? (Maria José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUIMARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira de Souza BASTOS, 2017, p. 227).

Em torno desse questionamento, as mulheres acrescentam outras aberturas dentro das igrejas apontadas na *Carta Proclamação* (Maria José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUIMARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira de Souza BASTOS, 2017)², como:

1. *A oficialização da vocação pastoral feminina, não por status, mas pela evidência do chamado espiritual concedido por Deus a homens e mulheres, com a intenção de aperfeiçoamento para a obra de Deus, a começar pela região Norte se estendendo, enquanto proposta, para instâncias convencionais em nível nacional. Assim, discutir sobre o reconhecimento da função eclesial fundamentada pela Bíblia e legitimada no trabalho cotidiano das mulheres em suas realidades locais;*

As mulheres têm o direito de buscarem mais poder e autoridade além de serem chamadas de pastoras, título que, muitas vezes, é usado na instituição assembleiana apenas como um *status* para as esposas dos pastores-presidentes. É importante notar que essas “pastoras” geralmente não têm poder de liderança real na prática.

2. *Participação nas mesas diretoras das convenções estaduais e nacionais;*

As mulheres apontam a luta das mulheres assembleianas pela participação nas mesas diretoras das convenções estaduais e nacionais das igrejas Assembleias de Deus. As mesas diretoras são os órgãos de decisão mais importantes das convenções e, historicamente, têm sido

² Os itens de 1 a 7 mencionados no texto acima fazem parte da *Carta Proclamação* (Maria José Costa LIMA; Eunice de Oliveira RIOS; Andréa Nogueira Gomes dos SANTOS; Elaine Christine Santiago Vieira GUIMARÃES; Raymunda Mota dos SANTOS; Gideane Moraes de SOUZA; Fatima Medianeira Flores de VARGAS; Saara Vieira de Souza BASTOS, 2017), nas páginas 227 a 229.



compostas exclusivamente por homens. A participação das mulheres nas mesas diretoras é uma demanda importante, pois esses espaços são responsáveis por definirem as políticas e as ações das convenções que, por sua vez, têm grande influência sobre as igrejas locais e os fiéis. Além dessas questões, as mulheres assembleianas têm lutado para que suas vozes e perspectivas sejam ouvidas nas mesas diretoras, a fim de que a instituição possa tornar-se mais inclusiva e democrática. A inclusão de mulheres nas mesas diretoras também é vista como um sinal de reconhecimento da importância do papel das mulheres na igreja e na sociedade como um todo. Podemos questionar-nos: Quantas mulheres fazem parte das mesas diretoras do Senado e da Câmara Federal? Da Diretoria da OAB e das demais instituições no Brasil? Então, as AD estão bem “atualizadas” com o machismo brasileiro?

3. Participação da mulher nas mesmas convenções com direito de voto e voz;

Entre as principais reivindicações das mulheres nesse contexto está o direito de voto e voz nas convenções, ou seja, a possibilidade de participarem ativamente das decisões tomadas pela igreja e influenciarem as políticas e práticas adotadas. Esse direito é fundamental para que as mulheres tenham voz ativa na igreja e possam contribuir de forma mais efetiva para a construção de uma comunidade mais inclusiva e igualitária. *Há muito a ser feito para que as mulheres tenham pleno acesso aos cargos de liderança e aos espaços de poder na igreja, a participação nas mesas diretoras seria um passo importante nessa direção.*

4. Participar com representação nos projetos parlamentares da igreja;

A participação da mulher na representação dos projetos parlamentares da igreja é fundamental para uma atuação mais democrática e igualitária nas decisões e discussões que envolvem a comunidade assembleiana. É importante destacar que a mulher possui papel fundamental na construção e na manutenção das igrejas e, por isso, é essencial que ela também participe ativamente das decisões políticas da instituição. Com a representação feminina nos projetos parlamentares da igreja, é possível garantir a inclusão de temas relevantes para as mulheres



como a violência doméstica, a equidade de gênero e a promoção da igualdade de oportunidades. Além disso, a participação da mulher pode contribuir para a construção de políticas mais efetivas e justas para toda a comunidade assembleiana.

5. Presidir projetos missionários nacionais e internacionais;

O papel da mulher na liderança de projetos missionários nacionais e internacionais é uma questão importante na igreja Assembleia de Deus e em outras denominações. Muitas mulheres têm demonstrado um forte compromisso com a missão e estão dispostas a liderarem projetos missionários em todo o mundo. No entanto, ainda há resistência em muitas igrejas para permitir que as mulheres liderem esses projetos, seja por motivos culturais ou teológicos. No entanto, a participação feminina na liderança de projetos missionários pode ser extremamente valiosa. As mulheres podem oferecer perspectivas únicas e habilidades importantes para o trabalho missionário, além de desempenharem um papel fundamental na construção de relacionamentos com as comunidades locais e na promoção da igualdade de gênero e empoderamento feminino.

6. Participação obrigatória da figura feminina em todas as instâncias de decisões, sejam elas quais forem;

As mulheres destacam a importância da presença feminina em todos os níveis de decisão dentro das Assembleias de Deus. Isso significa que as mulheres devem ter voz e voto em todas as discussões e decisões que afetem a vida da igreja e da comunidade em geral. Essa participação não deve ser vista como uma concessão, mas como um direito e uma necessidade para uma representação justa e equilibrada dos membros da igreja. É importante destacar que essa participação não restringe-se apenas a questões específicas relacionadas às mulheres, mas deve englobar todas as áreas da vida eclesial e comunitária.

7. Criação de um fórum nacional que se desdobre em encontros regionais, a fim de promover discussões que contribuam para o desenvolvimento pessoal, intelectual, espiritual e pastoral da mulher.

Por fim, as mulheres reivindicam a criação de um fórum nacional (apesar do pedido feito na carta por essas mulheres, esse pedido não



foi atendido até o momento) que desdobre-se em encontros regionais, sendo uma iniciativa importante para promover discussões e debates relevantes que contribuam para o desenvolvimento pessoal, intelectual, espiritual e pastoral das mulheres. Essa é uma forma de oferecer às mulheres assembleianas espaços para troca de experiências e conhecimentos, além de permitir que elas empoderem-se e possam ter voz ativa na igreja. O fórum pode abordar temas como teologia feminista, liderança feminina na igreja, combate ao machismo e outros assuntos relevantes para as mulheres assembleianas.

Alguns meses após a leitura da *Carta Proclamação*, os pastores Samuel e Jonatas Câmara quebraram uma tradição patriarcal dentro das Assembleias de Deus (AD) ao consagrarem mulheres pastoras, o que permitiu-lhes enfrentar a velha guarda assembleiana e ganhar um capital simbólico. Com a consagração de pastoras, elas passaram a votar nas AD, desempenhar funções administrativas e romper com o paradigma assembleiano. Esse ato transgrediu o Estatuto Interno da CGADB que proíbe a ordenação de mulheres para o cargo pastoral e contribuiu para a luta contra a discriminação enfrentada pelas mulheres assembleianas. Resta saber se as mulheres ordenadas pastoras serão livres para decidir sobre assuntos burocráticos das igrejas por elas pastoreadas ou se terão que justificar suas ações aos pastores responsáveis pelo campo.

O poder masculino nas AD é colocado em evidência e contribui significativamente nos caminhos que serão trilhados pelas mulheres ordenadas ao cargo de pastoras na Região Norte do Brasil. Acreditar que seu futuro está determinado pelas suas “limitações” de gênero e a forte crença em sua inferioridade são as consequências de um processo que tradicionaliza e “sacraliza” as relações de dominação e, mais do que isso, um processo que sustenta-se por meio de uma estrutura que conta com um forte apelo religioso, político e social, instaurado desde sempre em nosso meio, garantindo, assim, seu pleno funcionamento. Resta saber, no entanto, como as pastoras da Região Norte estão administrando suas igrejas locais, se é que elas estão de fato liderando nas mesmas condições que os pastores.



A ASCENSÃO DAS PASTORAS NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS E SEU PAPEL NAS DISPUTAS INTERNAS DE PODER NA DENOMINAÇÃO

A ascensão das mulheres assembleianas no Brasil tem sido um processo gradual e, muitas vezes, difícil. Embora a Assembleia de Deus tenha tido uma presença significativa de mulheres desde a sua fundação, durante muito tempo elas foram sub-representadas e suas contribuições foram muitas vezes invisibilizadas. No entanto, nas últimas décadas, as mulheres têm conquistado espaço e visibilidade na liderança da igreja.

Um dos principais fatores que contribuíram para essa mudança foi a educação. Com mais acesso à educação formal, as mulheres puderam desenvolver habilidades e conhecimentos que permitiram-lhes assumir posições de liderança na igreja. Além disso, muitas mulheres têm sido encorajadas por líderes e pastores a assumirem essas posições e, muitas vezes, encontraram apoio e encorajamento em outras mulheres dentro da igreja.

No entanto, apesar desse progresso, ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de gênero dentro da Assembleia de Deus. A ordenação de mulheres continua sendo um assunto controverso e, muitas vezes, proibido em algumas congregações e denominações assembleianas. Além disso, as mulheres ainda enfrentam barreiras culturais e institucionais que as impedem de alcançar posições de liderança em algumas áreas da igreja.

Na Região Norte, especialmente na cidade de Manaus, após o evento que ocorreu no ano de 2017, com a ordenação de 138 pastoras e diversas mulheres como ministras do evangelho, ao que se sabe, somente duas mulheres de fato assumiram os cargos de pastoras. Márcia Nunes de Alencar Monteiro tornou-se a primeira pastora a dirigir uma congregação e área da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil, no Amazonas. A posse foi realizada pelo presidente da IEADAM no estado, Pr. Jonatas Câmara, em 08 de novembro de 2020, e aconteceu na congregação da Djalma Batista. Márcia é viúva do Pr. Kely Monteiro que fundou a congregação em 2009 e faleceu recentemente. Durante o culto, Jonatas afirmou que a decisão do Conselho foi unânime e que Márcia sempre esteve nas conversas da cúpula da igreja. Ele também destacou que a consagração da pastora é um momento histórico na



igreja brasileira e que acredita que ela será a primeira de muitas pastoras a dirigirem uma igreja na IEADAM.³

Outra vitória das pastoras manauaras, após a ordenação ocorrida em 2017, foi a nomeação da Pastora Léa Rodrigues de Souza para coordenar a Sede Central do município de Manicoré (AM). A Pastora Léa tomou posse no dia 05 de março de 2022 e está supervisionando dez pastores, sendo seis na Sede Central e quatro nas igrejas do interior de Manicoré, dirigidas pelos pastores Marlon, Rosário, Amaral e Manoel. Manicoré é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país.⁴ A cidade está localizada no Estado do Amazonas, às margens direitas do Rio Madeira, e sua posição geográfica é estrategicamente importante, situando-se entre as capitais Manaus e Porto Velho. Com uma população estimada em 54.708 habitantes, em 2017, pelo IBGE, em torno de 390 km da capital do estado, a posição ocupada pela Pastora Léa representa uma vitória para as mulheres assembleianas, não somente para a Região Norte do Brasil, mas para todo o país, já que nenhuma mulher tinha assumido o cargo de pastora e coordenadora de uma igreja-sede ou ministério desde a fundação das AD no Brasil.

É importante destacar que houve um avanço limitado com a ordenação pastoral das mulheres nas Assembleias de Deus de Manaus dentro do contexto assembleiano. Embora as pastoras tenham autoridade em suas igrejas locais, ainda estão sujeitas à liderança do pastor presidente Jonatas Câmara, o líder máximo das AD do Amazonas. Uma questão relevante levantada é a estratégia política dos pastores ao promoverem a ordenação feminina durante o congresso mencionado. Acredita-se que, inicialmente, a ordenação feminina tenha sido utilizada por esses pastores como uma manobra política para romper com a CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil). No entanto, as pastoras empossadas em suas igrejas abriram caminho para o crescimento do ministério pastoral feminino no futuro. Além disso,

³ Matéria realizada por Malu Dacio, em 09 de novembro de 2020, às 17h09. Atualizada em: 22 mar. 2022, às 15h50. Disponível em: <https://www.acritica.com/marcia-monteiro-e-instituida-primeira-pastora-dirigente-da-assembleia-de-deus-1.28732>. Acesso em: 07 mar. 23.

⁴ Conversa realizada por meio do WhatsApp em 14 de março de 2022, às 15h27, com Maria José Costa Lima, participante do grupo de mulheres que redigiram a Carta Proclamação.



destaca-se que a participação política efetiva das mulheres nas Assembleias de Deus é discreta, porém representa um pequeno avanço para as futuras mulheres assembleianas. Não pode-se esquecer que as AD Madureira aceitaram o pastorado feminino antes de Manaus, mas ainda é liderado pelos pastores presidentes. Será que as AD do Amazonas vão percorrer o mesmo caminho das AD de Madureira? São questões a serem levantadas por pesquisas futuras dentro do campo assembleiano.

Pois, ao analisarmos o Estatuto Interno da Igreja Assembleia de Deus de Manaus (IADAM), encontramos as seguintes informações:

Hoje, em todo o Amazonas são mais de 2450 pastores, 1071 campos eclesiais e mais de 3000 templos, todos filiados e cadastrados na CEADAM. Quadrienalmente, esses pastores vêm à Manaus para a Convenção Estadual, onde cada um representa sua Igreja e localidade, nenhum outro evento reúne representantes de 1000 (IBGE) localidades do Amazonas de uma só vez (CEADAM. Sobre a convenção, s/d).

Os dados do referido Estatuto em nenhum momento fazem menção às mulheres como pastoras entre os mais de 2.450 pastores. Foram encontradas no Estatuto as nomenclaturas “diaconisa”, que sempre existiu, e “evangelista”, que pode ser homem ou mulher, mas que não fica claro no texto. O atual pastor-presidente, Jonatas Câmara, está no comando desse campo desde 1997.

Adriana Girão da Silva Mello e Daniel de Lima realizaram uma breve análise sobre a visão de uma igreja evangélica em Manaus acerca da mulher no pastorado, em artigo publicado na revista *Coisa do Gênero*, intitulado “A mulher e os desafios na conquista do pastorado: Um estudo de caso em uma igreja evangélica Assembleia de Deus na cidade de Manaus” (2016). Segundo Adriana Mello e Daniel Lima (2016):

Muitas mulheres no Brasil estão procurando se preparar para ocupar os cargos de liderança nas igrejas evangélicas. Na medida em que tentam buscar o pastorado feminino, no entanto, elas precisam se adaptar ou transformar um contexto marcado por um processo histórico em que as igrejas cristãs são instituições sumamente patriarcais e que, conseqüentemente, suas doutrinas, estrutura e liturgia colocam sempre os pastores superiores a elas. Precisam buscar no conhecimento a legitimação para exercer os papéis que são conferidos pelo cargo. (Adriana MELLO; Daniel LIMA, 2016, p. 127).



O autor e a autora citados observaram a dificuldade das mulheres em alcançar o pastorado devido à hierarquia eclesial dominada por líderes masculinos que impõem barreiras e impasses às suas tentativas de liderança. As pastoras entrevistadas e outros participantes do estudo realizado por Adriana Mello e Daniel Lima (2016) reconhecem a grande potencialidade das mulheres para o pastorado, mas observam que a estrutura religiosa não oferece espaço para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Michel de Certeau é um autor francês que, em seu livro “A Invenção do Cotidiano” (2008), propõe uma análise crítica da cultura popular e do comportamento humano no contexto urbano contemporâneo. Nessa obra, Certeau (2008) discute a relação entre estratégia e tática na vida cotidiana. De acordo com Certeau (2008), a estratégia (ou manipulação) é um conjunto de ações planejadas e sistematizadas, geralmente executadas por pessoas ou organizações com poder e controle sobre um determinado espaço ou contexto. Essas ações são realizadas com o objetivo de impor a vontade do poder dominante sobre os indivíduos ou grupos subordinados (Michel de CERTEAU, 2008). Ou seja, a estratégia é vista como uma forma de poder vertical que busca impor uma ordem preestabelecida, enquanto a tática é vista como uma forma de poder horizontal que busca adaptar-se e encontrar brechas na ordem estabelecida para alcançar seus objetivos. Levando em consideração as ações dos pastores-presidentes das AD da Região Norte, no que tange as proibições de ordenação das mulheres ao cargo de pastoras, utilizaram exatamente dessa proibição para desvincular seus ministérios da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, pois, além de ganharem autonomia em suas regiões, ainda contam com as novas adesões ou filiações de outros ministérios de diversos Estados vinculados a essa convenção. Pode-se pensar que as ponderações de Certeau (2008) sobre estratégia são oportunas para qualificá-los.

Sobre a ordenação de pastora na referida região, tanto a membresia masculina quanto a membresia feminina continuam pensando que somente os homens podem assumir o cargo dentro das igrejas. Melhor dizendo, esses pastores continuam usando de estratégias machistas apoiados na Bíblia sobre a formação dos apóstolos de Jesus para



reprimirem as mulheres a uma segunda categoria, a de que elas não podem assumir o púlpito, lugar demarcado pelo homem, sem levar-se em conta o tempo e o local onde Jesus evangelizou. Ou que, também, as mulheres ordenadas ao cargo de pastoras precisam adquirir mais experiências, incluindo a aprovação interna junto à membresia, aqui ressaltamos, masculina e feminina.

Ainda sob a perspectiva de Certeau (2008), a tática é uma ação improvisada que é realizada por indivíduos ou grupos que não possuem controle e poder sobre um espaço ou contexto específicos. Essas ações são realizadas de maneira criativa e flexível, adaptando-se às condições presentes para alcançar objetivos específicos. Nesse sentido, as mulheres assembleianas usam táticas para derrubarem as barreiras impostas pelo poder masculino na instituição assembleiana, especialmente, para ocuparem o cargo mais alto, o pastoral, e, assim, marcarem seus lugares de fala. É importante destacar que essas lutas não serão vencidas de um dia para o outro, mas já representam um começo de resistência e subversão dessas mulheres diante do patriarcado masculino em suas regiões.

Corroborando com as palavras de Certeau, Pierre Bourdieu (2015) afirma que a dominação masculina não é apenas uma questão individual, mas sim um fenômeno estrutural que está enraizado nas instituições e na cultura de uma sociedade, no caso específico das AD, em todo o Brasil convivem com a proibição de ordenação pastoral feminina desde o ano de 1930, conforme a Ata da Primeira Convenção Geral das AD. Bourdieu (2015) defende que a luta contra a dominação masculina deve envolver a transformação das estruturas sociais e culturais que perpetuam essa desigualdade, e acrescento também as estruturas religiosas, bem como a desconstrução das ideias e práticas que reforçam a superioridade masculina. Dessa forma, a teoria de Bourdieu sobre a dominação masculina contribui para o debate sobre as desigualdades de gênero na sociedade, destacando a importância de pensar-se em estratégias coletivas para que essa forma de opressão seja combatida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento sobre o poder de mando das mulheres ordenadas pastoras na Região Norte do Brasil é um assunto relevante e traz à



tona uma discussão sobre a igualdade de gênero no ambiente religioso. Embora a ordenação pastoral tenha sido uma conquista significativa para as mulheres, é comum que elas ainda enfrentem limitações em suas ações de liderança dentro das igrejas. Isso ocorre porque, mesmo após a ordenação, muitas mulheres são submetidas a uma estrutura de poder patriarcal, em que o pastor-presidente é o líder máximo da igreja e tem a palavra final em todas as decisões. Além disso, é comum que as mulheres ordenadas sejam designadas para cargos considerados “femininos” ou “secundários” como cuidar dos grupos de mulheres ou de crianças, enquanto os homens ocupam os cargos de maior destaque e poder. Essas limitações não são exclusivas das igrejas Assembleias de Deus da Região Norte, mas sim um reflexo da estrutura patriarcal presente em muitas denominações religiosas ao redor do mundo. É importante, portanto, que sejam promovidas discussões e ações para que a desigualdade de gênero seja combatida e as mulheres tenham um papel mais ativo e relevante nas decisões e nas lideranças das igrejas. Também considerar que a limitação das ações de mando das pastoras pode ser reflexo de uma cultura patriarcal que ainda permeia a sociedade brasileira, inclusive dentro do ambiente religioso. Nesse sentido, é necessário um trabalho contínuo de desconstrução desses padrões de pensamento e comportamento para que as mulheres possam exercer seu papel de liderança plenamente e sem restrições.

Além disso, a hierarquia de gênero nas igrejas é complexa e ainda muito presente em quase todas as instituições religiosas, incluindo as Assembleias de Deus. Essa limitação de poder pode ser percebida não apenas na falta de representação das mulheres nas posições de liderança mais altas, mas também na forma como são tratadas em suas funções pastorais. Assim, é importante lembrar que as limitações impostas às pastoras também refletem-se em outras áreas como na política da igreja, por exemplo. Apesar das conquistas obtidas pelas mulheres na Região Norte do Brasil, ainda há muito a ser feito para que elas tenham participação efetiva em todas as instâncias de decisão.

Por fim, é importante salientar que a análise da presença de poder das pastoras não deve restringir-se apenas à questão da atuação delas no ambiente religioso, mas também deve considerar a influência



delas na sociedade em geral. As mulheres ordenadas pastoras são uma representação importante de que é possível uma sociedade mais igualitária, na qual as mulheres possam ocupar posições de liderança em todos os campos.

Adriana Mello e Daniel Lima (2016) afirmam o seguinte:

Os anseios da mulher pelo exercício de funções de liderança dentro das igrejas provocam tensões. Mesmo nas denominações religiosas que permitem o pastorado feminino, a hierarquia permanece fortemente marcada pela figura masculina e isso cria vários pontos de divergências entre as líderes e os representantes da parcela masculina, inclusive entre as próprias seguidoras da comunidade, muitas das quais se recusam a aceitar o poder eclesiástico feminino (Adriana MELLO; Daniel LIMA, 2016, p. 131).

Ambos destacam as tensões que surgem quando as mulheres buscam assumir funções de liderança dentro das igrejas. Embora haja denominações religiosas que permitem o pastorado feminino (como a IADAM), a figura masculina ainda é dominante na hierarquia eclesiástica, o que leva a divergências entre líderes femininas e representantes masculinos, bem como entre as próprias seguidoras da comunidade. É importante notar que muitas mulheres também recusam-se a aceitar o poder eclesiástico feminino, o que pode refletir a internalização de normas de gênero que enxergam a liderança como uma característica masculina. No entanto, é preciso avançar na luta pela igualdade de gênero e superar essas tensões para que as mulheres possam exercer plenamente suas habilidades e talentos em posições de liderança nas igrejas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gedeon F. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus 1911-2011**. São Paulo. Ed. Recriar, 2020.
- ARAÚJO, Isael de. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- LIMA Maria José Costa; RIOS Eunice de Oliveira; SANTOS Andréa Nogueira Gomes dos; GUIMARÃES Elaine Christine Santiago Vieira; SANTOS Raymunda Mota dos; SOUZA Gideane Moraes de; VARGAS Fatima Medianeira Flores de; SOUZA Saara Vieira de. Carta



Proclamação In: **Reforma Protestante e Pentecostalismo: Convergências e Divergências**. LIMA, Daniel D. B.; ALENCAR, Gedeon G. F.; CORREA, Marina A. O. S. (ORGS.). Manaus: Ed. Unida, 2017.

CEADAM. Sobre a convenção. *IEADAM Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas*. Disponível em: <https://ieadam.com.br/ceadam/sobre/>. Acesso em: 13 mar. 23.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis. Ed. Vozes, 2008.

DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

FERREIRA, Daisy Mota. **O gênero das políticas institucionais e das experiências pessoais de homens e mulheres, membros não casados, da Assembleia de Deus Taboão, Campo Taboão, Ministério Madureira**. (Dissertação de Mestrado) São Bernardo do Campo, 2020, 156 páginas.

GANDRA, Valdinei R. A “instrumentalização” política de Frida Maria Strandberg Vingren: de silenciada à mito assembleiano. Anais do V Congresso da **ANPTECRE: “Religião, Direitos Humanos e Laicidade”**. Curitiba, 2015.

CONSAGRAÇÃO DE PASTORAS DA IEADAM - 2018, *IEADAM Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas*. Disponível em: <https://ieadam.com.br/blog/consagracao-de-pastoras-da-ieadam-2018/>. Acesso em: 02 jun. 20.

LE MOS, Carolina T. Maternidade e Religião: entre o ideal do altar - trono de Maria e o real da vida cotidiana das mulheres. In: **A CASA, AS MULHERES E A IGREJA**. Gênero e religião no contexto familiar. SOUZA, S. D; LEMOS, C. T. (Orgs.). São Paulo: Ed. Fonte Editorial, 2009.

LIMA. LIMA Maria José Costa. Ordenação de pastoras nas Igrejas das Assembleias de Deus em Manaus. App: Maze Manaus. Conversa realizada em 14 de março de 2022, às 15h27.

PAPA FRANCISCO. In *L’Osservatore Romano, Meditações Matutinas*. Ed. em português, n. 07 de 16 de fevereiro de 2017 https://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2017/documents/papa-francesco-cotidie_20170209_mulher-harmonia-mundo.html. Acesso 03.05.2023

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MELLO, Adriana Girão da Silva; LIMA, Daniel Barros de. A mulher e os desafios na conquista do pastorado: Um estudo de caso em uma igreja evangélica Assembleia de Deus na cidade de Manaus. **Revista Coisas do Gênero**. São Leopoldo, v. 2 n. 1, jan./jul., p. 119-134. 2016. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero>. Acesso em: 30 maio 2023.

MENSAGEIRO DA PAZ, Rio de Janeiro: Ed. CPAD, edição da 1ª quinzena de julho de 1946, p.3.



ROCHA, Aretha B. B. da. **Emancipação Feminina sob autoridade masculina:** aspectos religiosos e sociais das mulheres assembleianas no Brasil. 132 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião). PUC/Campinas, 2018.

VINGREN, Ivar. **Diário do Pioneiro Gunnar Vingren.** Rio de Janeiro, Ed. CPAD, 2007.

Submetido em: 5-4-2023

Aceito em: 22-5-2023